

Brasília, 16 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Quarta-feira, 15 de abril de 2026 | Propriedade Industrial

Projeto declara ser de interesse público injeção semestral contra o HIV 3

Jota Info

Quinta-feira, 16 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Jurídico e EBITDA 4

Lauro Jardim - O Globo Online

Quarta-feira, 15 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

INPI reconhece Smart Fit como marca de 'alto renome' 7

Migalhas

Quarta-feira, 15 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Usar sua marca há 20 anos não significa que ela é sua 8

O Antagonista

Quarta-feira, 15 de abril de 2026 | ABPI

Setores público e privado debatem energia, agro e cenário político em evento 10

IstoÉ Dinheiro Online

Quarta-feira, 15 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Vale do Ribeira, em SP, conquista Indicação Geográfica para banana 12

Monitor Mercantil Digital online

Quarta-feira, 15 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Estudo do INPI mostra projeção de demanda de ativos de PI até 2030 13

Projeto declara ser de interesse público injeção semestral contra o HIV

Sua opinião sobre: PL 418/2026

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

O Projeto de Lei 418/26, em análise na Câmara dos Deputados, declara ser de interesse público o medicamento Lenacapavir, indicado para a prevenção e o tratamento da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), inclusive em casos de HIV multirresistente.

Segundo a autora, deputada Duda Salabert (Psol-MG), o remédio injetável se destaca por permitir proteção de longa duração, com aplicação semestral.

A declaração de interesse público possibilita a adoção de mecanismos da Lei de **Propriedade Industrial**, com o objetivo de ampliar o acesso ao remédio.

Na justificativa, Duda Salabert afirma que o alto custo do Lenacapavir limita sua incorporação pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

"A declaração de interesse público do Lenacapavir constitui instrumento legítimo e necessário para viabilizar a produção nacional, a importação ou a aquisição por preços compatíveis com a capacidade do SUS", diz a parlamentar.

Próximos passos

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Indústria, Comércio e Serviços; de Saúde; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Reportagem - Rachel Librelon

Edição - Marcelo Oliveira

Jurídico e EBITDA



Como a engenharia jurídica influencia nos resultados financeiros das empresas

A proposta deste artigo é tomar emprestado o termo engenharia para ilustrar como a aplicação de conhecimentos jurídicos de forma estruturada, em benefício de organizações empresariais, através da atuação de Departamentos Jurídicos, influencia significativamente os resultados financeiros medidos através de indicadores como o EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

Conforme o estudo "Uma definição formal para engenharia", de José Roberto G. Silva (Revista de Ensino de Engenharia ABENGE nº 17, 1997), existem ao menos 35 definições de engenharia, sendo que a adotada pelo autor foi: "A engenharia é a arte profissional de dirigir e organizar o trabalho do Homem aplicando conhecimento científico e utilizando, com parcimônia, as matérias e energias da Natureza, para produzir economicamente bens e serviços de interesse e necessidade da Sociedade dentro de parâmetros de segurança".

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Se aplicarmos essa definição para o contexto de Departamentos Jurídicos de empresas, podemos entender que o que deve nortear as atividades dos opera-

dores do direito que atuam internamente - os "engenheiros" na presente analogia - é justamente utilizar-se de conhecimentos científicos, no caso o Direito, como ferramentas de gestão adequadas, para promover soluções jurídicas economicamente eficazes e éticas de fomento e suporte à geração de lucro aos acionistas, dentro de parâmetros de segurança - que neste âmbito podem ser estendidos a critérios de sustentabilidade e mitigação de riscos de disrupção dos negócios.

Se o objetivo é utilizar o conhecimento jurídico para promover e fomentar a geração de lucro, o ponto de partida seria a compreensão profunda do negócio, abarcando, dentre outros aspectos: o portfólio de produtos, as principais linhas de receita, os fatores que impactam a margem de lucro (como a tributação, custos e elasticidade de preços), o perfil dos clientes, o fluxo de caixa, a atuação geográfica, os concorrentes e a estratégia de longo prazo.

Apenas com o conhecimento adequado dos principais ângulos econômicos do negócio é possível empregar a melhor técnica jurídica para antecipar e mapear riscos com maior precisão, propor soluções aderentes à realidade operacional e contribuir de forma concreta para decisões que impactam receita, margem, reputação, crescimento sustentável e resultados financeiros de forma geral.

Nesse sentido, é possível afirmar que um dos grandes diferenciais do aconselhamento jurídico interno, em comparação com a consultoria fornecida por advogados externos às organizações, é justamente a visão holística que o Jurídico interno possui com relação aos impactos de determinada questão jurídica na realidade econômica e cultural do negócio, e a viabilidade e eficiência das soluções juridicamente possíveis no contexto de determinada empresa.

Vejamos a seguir alguns exemplos de atuação jurídica que influenciam diretamente em indicadores de performance financeira como o EBITDA.

Regulação

O Jurídico possui papel fundamental na tradução de normas regulatórias em possibilidades operacionais concretas e auxílio na quantificação de custos correlatos, para tomada de decisões. Isso acontece não apenas com a tradução das obrigações e limites técnicos oriundos de tais normas, mas com o monitoramento e consolidação de dados sobre sua aplicação por parte de órgãos reguladores, agentes de execução e o Poder Judiciário em reportes estruturados, com a mensuração de riscos e possíveis impactos econômicos de forma tangível.

A regulação a qual uma empresa está sujeita pode ser extremamente ampla, incluindo diversas leis e regulamentos sobre produtos, concorrência, privacidade de dados pessoais, uso de inteligência artificial, segurança cibernética, sanções e embargos, e compliance, dentre outras, muitas vezes advindas de outros países por possuírem aplicação extraterritorial. No entanto, o impacto e o risco sempre se darão de forma única para cada empresa, a depender da forma como o negócio é desenhado em termos de produtos ou distribuição geográfica, por exemplo.

Ainda neste âmbito, merece destaque que, quando viável, a participação ativa do Jurídico no processo legislativo e regulatório, de forma propositiva, contribuindo com análises técnicas, posicionamentos institucionais e diálogo estruturado com legisladores e reguladores, permite não apenas mitigar riscos de criação de normas descoladas da realidade do setor, mas também influenciar o desenho regulatório de forma a preservar a competitividade e a viabilidade econômica dos modelos de negócio.

Concorrência

Para além de assegurar a conformidade com normas antitruste e mitigar riscos de condutas anticoncorrenciais, o que por si só protege os resultados ao afastar o risco de multas e disrupção do negócio, o Jurídico pode promover o monitoramento estruturado de concorrentes trazendo insights para tomada de decisão.

Isso se dá, por exemplo, a partir da análise contínua de movimentos regulatórios, societários, de **propriedade intelectual**, litígios, ou práticas comerciais com potenciais implicações concorrenciais. Essa atuação permite identificar novos entrantes, lançamento de produtos, perdas de direito, impactos reputacionais, dentre outros dados dos concorrentes,

que podem ser usados como base na estratégia de produto, marketing, precificação etc.

Soma-se a isso o suporte que o Jurídico pode dar a estratégia de combate ao mercado ilegal, seja oriundo de contrabando, descaminho, falsificação, descumprimento de regras regulatórias e fiscais, ou qualquer outra forma de concorrência desleal, por meio de uma atuação coordenada com autoridades de fiscalização e *enforcement*, promovendo ambiente de negócios ético, e preservando a capacidade da empresa de competir de forma sustentável.

Gestão de contratos

A adoção de ferramentas de gestão do ciclo de vida de contratos (Contract Lifecycle Management ou CLM) pelo Jurídico, permite a implementação de processos contratuais ágeis o que contribui para a antecipação do reconhecimento de receitas, e dá suporte a uma gestão mais disciplinada não só de receitas, como de custos por outras áreas da empresa.

Adicionalmente, ao assumir o processo de confecção e revisão de contratos o Jurídico pode contribuir ativamente na mitigação de efeitos macroeconômicos, incorporando cláusulas com mecanismos de reajuste de preço por variação tributária ou tarifária, por exemplo, ou riscos na cadeia de fornecimento ao elaborar cláusulas de força maior adequadas.

Por fim, a correta alocação de riscos em contratos exerce enorme influência no custo operacional e na preservação de margem de lucro. Em igual vereda, o alinhamento com as áreas executoras dos contratos, incluindo o letramento dos aspectos jurídicos das obrigações assumidas, pode influenciar consideravelmente nos resultados financeiros ao mitigar o risco de disrupção, passivos, litígios e penalidades.

Há diversos outros aspectos da atuação jurídica nas empresas que poderiam ser trazidos para ilustrar como o conhecimento jurídico aplicado ao negócio pode influenciar os resultados financeiros das empresas.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

O que se pretende destacar com base no que foi exemplificado acima, é que a "engenharia" está justamente no emprego da expertise jurídica, conside-

rando todos os contornos econômicos e culturais da empresa, para proporcionar:

- 1) dados estruturados para tomada de decisão com clareza sobre impactos financeiros, operacionais, reputacionais,
- 2) a preservação de aspectos fundamentais do negócio, tais como capacidade competitiva, acesso a mercados e clientes, margem de lucro, manutenção de modelos de negócios, e cadeia de suprimentos;
- 3) empregando as ferramentas mais eficazes e adequadas para cada realidade de negócio, sempre considerando o custo de execução e implementação com retorno mensurável (como por exemplo sistemas de gestão de contratos ou contencioso e soluções de monitoramento de legislação, ou atividades da concorrência);

E, portanto, influenciando positivamente os indicadores financeiros como o EBITDA.

O Direito pode ser uma ciência mais exata se aplicada com foco no suporte a capacidade de gerar lucro aos acionistas das empresas, e a engenharia jurídica pode converter o conhecimento jurídico em soluções de mitigação de riscos e promoção da sustentabilidade dos negócios.

INPI reconhece Smart Fit como marca de 'alto renome'



Lauro Jardim O **Instituto Nacional da Propriedade de Industrial (INPI)** concedeu à Smart Fit a declaração de alto renome, o mais alto grau de proteção conferido a uma marca no Brasil.

Agora, a empresa entra para um grupo de cerca de 200 marcas que detêm tal proteção especial no país, entre elas Havaianas, Fusca, Nike e Google.

Com a declaração, a marca passa a gozar de proteção em todos os segmentos de atividade, independentemente da classe em que esteja registrada.

Na prática, isso impede o registro, por terceiros, de sinais idênticos ou semelhantes, mesmo em mercados distintos.

Para obter o reconhecimento, é necessário demonstrar que a marca ultrapassou os limites do seu setor de atuação e passou a ser amplamente conhecida pelo público em geral. O processo costuma envolver, entre outras etapas, uma preparação documental robusta e a análise técnica do **INPI**.

No caso da Smart Fit, o processo de análise, após pedido feito por meio da SPLaw Advogados, se estendeu por um ano.

Usar sua marca há 20 anos não significa que ela é sua



A banda Natiruts não começou com esse nome. Nos primeiros anos, chamava-se Nativus - até descobrir que outra empresa já tinha registrado a marca no **INPI**. Resultado: Mudança forçada de identidade, retrabalho de material gráfico, prejuízo. A Danone perdeu o direito de usar "Grego" em seus iogurtes porque a Vigor registrou primeiro. Casos diferentes, problema idêntico: Usar uma marca por anos não garante sua propriedade.

O ordenamento brasileiro é cristalino sobre isso. O art. 129, caput, da lei 9.279/96 estabelece que a propriedade sobre marca é adquirida pelo registro validamente expedido pelo **INPI**, que assegura ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional. Sistema atributivo puro. Não importa se você usa o nome há 10, 15, 20 anos. Sem registro, não há direito.

Empresários costumam confundir registro na Junta Comercial com proteção de marca. Não é. O registro estadual protege o nome empresarial dentro da unidade federativa - e só. A marca exige depósito no **INPI**. Segundo estatísticas da autarquia, há uma média mensal de mais de 17 mil depósitos de pedidos desde 2019. A cada mês que passa sem registro, 17 mil chances a menos de proteger o que você construiu.

A exceção não salva o descuidado

Existe uma válvula de escape. O art. 129, §1º, da LPI prevê que toda pessoa que, de boa fé, usa a marca há pelo menos seis meses, para identificar produto ou serviço idêntico ou semelhante, terá direito de precedência ao registro. É a única exceção ao sistema atributivo. Mas funciona?

Na prática, raramente. Primeiro porque exige boa-fé - conceito que a jurisprudência interpreta de modo restritivo. Segundo porque demanda prova robusta: notas fiscais, publicidade, presença no mercado. Documentação que a maioria das empresas não organiza adequadamente. Terceiro porque, mesmo comprovado o pré-uso, o registro só se consolida, imune a direitos de terceiros, após cinco anos da concessão. Cinco anos de insegurança jurídica.

Durante muito tempo, o **INPI** entendia que o direito de precedência deveria ser arguido em sede de oposição ao pedido de terceiro - antes da concessão do registro. Perdeu o prazo? Perdeu o direito. Jurisprudência e doutrina criticavam essa interpretação por décadas. Em 2016, o STJ finalmente reformou o entendimento. No REsp 1.464.975-PR, rel. Min. Nancy Andrighi, a Terceira Turma decidiu que é possível o reconhecimento judicial da nulidade do registro de marca com fundamento em direito de precedência, mesmo após a concessão do registro.

O **INPI** resistiu até 2021. Somente com o Parecer 00043/2021/CGPI/PFE-**INPI** é que a autarquia passou a aceitar a arguição do direito de precedência em processo administrativo de nulidade. Alinhamento tardio, mas bem-vindo.

O problema real: precedência não substitui registro

Comemorar essa mudança jurisprudencial seria ingênuo. O direito de precedência é instrumento de salvamento - não de proteção ordinária. Você só recorre a ele quando já cometeu o erro de não registrar. E mesmo assim precisa: (i) comprovar uso de boa-fé por no mínimo seis meses antes do depósito do terceiro; (ii) reunir documentação sólida; (iii) mover processo administrativo ou judicial; (iv) aguardar anos por decisão definitiva; (v) conviver

com incerteza enquanto o terceiro usa "sua" marca registrada.

Pior: se dois empresários usavam a mesma marca sem registro e ambos comprovam pré-uso, prevalece quem depositou o pedido primeiro. O direito de precedência não garante prioridade entre dois usuários anteriores - nesses casos, volta a valer o sistema atributivo. Ou seja: correr para o **INPI** continua sendo regra, mesmo com a exceção do §1º.

O custo do atraso

Casos como o da Natiruts ilustram o prejuízo. Investimento em identidade visual, material publicitário, presença digital - tudo perdido. A loja Belíssima descobriu após três anos que o nome já tinha dono. Precisou mudar para Realeza e recomeçar. A Danone não pôde chamar seu iogurte de "Grego" porque a Vigor registrou antes. Prejuízo financeiro, perda de market share, confusão no consumidor.

O empresário que adia o registro aposta contra matemática. Com média de 17 mil depósitos mensais, a probabilidade de colisão cresce exponencialmente. E quando a colisão acontece, as opções são ruins: (i) negociar a compra do registro de quem chegou antes - geralmente por valor extorsivo; (ii) entrar com processo de nulidade alegando pré-uso - longo, caro, incerto; (iii) desistir da marca e reconstruir tudo - prejuízo total.

Não há solução mágica

A tese de que "uso a marca há 20 anos, logo tenho direito" é juridicamente falsa. Pode até ter direito de precedência - se provar, se o terceiro não tiver boa-fé, se reunir documentação, se ganhar o processo. Mas não tem propriedade. Propriedade depende de registro. Ponto.

Alguns advogados vendem ilusões. "Seu nome comercial está protegido pela Junta." Mentira. A tutela ao nome comercial se circunscreve à unidade federativa de competência da junta comercial, podendo ser estendida a todo o território mediante

pedido complementar nas demais juntas. Marca é outra proteção, outro sistema, outro órgão.

"Você usa há anos, tem direito." Meia-verdade perigosa. Tem direito de precedência - exceção processual que não substitui o registro. Instrumentalizar o §1º do art. 129 como estratégia de proteção marcária é erro técnico grave. A exceção existe para corrigir injustiças pontuais, não para viabilizar a negligência sistemática de quem não registra.

A solução é óbvia

Deposite o pedido no **INPI**. Hoje. Não quando "sobrar tempo". Não quando "a empresa crescer". Não depois de "validar o negócio". Agora. O depósito retroage à data do protocolo - cada dia que passa é prioridade perdida.

Se usar marca não registrada por anos e descobrir que alguém depositou pedido, você tem duas semanas para apresentar oposição (art. 158 da LPI). Perdeu o prazo? Resta o processo de nulidade - mais demorado, mais caro, menos certo. Portanto: Monitore a Revista da **Propriedade Industrial**. Faça buscas periódicas. Registre variações da marca. Documente uso desde o primeiro dia.

O direito de precedência é rede de segurança para quem caiu. Melhor não precisar dela. Registre sua marca antes de construir patrimônio em cima de base jurídica inexistente. O empresário que não registra não está economizando taxa - está apostando o negócio inteiro em uma roleta russa de 17 mil adversários por mês.

Univar Piva Fadanelli Advogado Empresarial, com LL.M em Direito Empresarial pela FGV. Especialista em litígios societários, passivo bancário e proteção de empresários. Fundador do Piva Fadanelli Advogados.

Setores público e privado debatem energia, agro e cenário político em evento



Setores público e privado debatem energia, agro e cenário político em evento

Parlamentares participarão de painéis sobre as eleições, transição energética e **propriedade intelectual** no "Conversas do Brasil"

A FCC Relações Governamentais e a BMJ Consultores Associados vão realizar em Brasília, nesta quarta-feira, 15, a partir das 17h, o evento "Conversas do Brasil". Representantes do setor público e privado estarão reunidos, na Casa Cavo, para discutir temas estratégicos para o desenvolvimento político e econômico do Brasil.

Em diferentes painéis, serão abordados temas como o cenário político em ano eleitoral, agronegócio, inovação, energia e conectividade. A programação reúne nomes do Congresso Nacional e do setor produtivo. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), é um dos convidados para a abertura do evento.

O senador Cid Gomes (PSB-CE), o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), e o deputado Arthur Maia (União-BR) participarão do painel sobre as eleições de 2026. Já o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) falará sobre energia e transição energética.



oantagonista

Na área de **propriedade intelectual** e inovação, participarão o deputado Julio Lopes (PP-RJ), o senador Dr. Hiran (PP-RR) e especialistas como Peter Siemsen, presidente da **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)**. O painel sobre conectividade, por sua vez, contará com o senador Eduardo Gomes (PL-TO) e o deputado Átila Lira (PP-PI).

O evento foi idealizado como um espaço de articulação e diálogo e surge num contexto de crescente complexidade regulatória. A iniciativa busca aproximar o Congresso do setor produtivo, com foco na construção de consensos em torno de pautas estruturantes da economia brasileira.

A proposta do "Conversas do Brasil" é se distanciar do modelo tradicional de fóruns técnicos, apostando em um ambiente mais dinâmico e acessível, voltado à discussão prática de soluções e caminhos para o desenvolvimento do país.

Eleições de 2026

O primeiro turno das eleições de 2026 está marcado para 4 de outubro. Se for necessário segundo turno, ocorrerá no dia 25 de outubro. Os brasileiros votarão para escolher presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Durante as eleições, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será presidido pelo ministro Nunes Marques.

Em janeiro, a presidente da Corte Eleitoral, Cármen Lúcia, disse que a desinformação e a deformação da realidade por meio inteligência artificial (IA) são

desafios com os quais a Justiça Eleitoral precisará lidar para que o pleito sem que o eleitor tenha seu voto "contaminado".

Vale do Ribeira, em SP, conquista Indicação Geográfica para banana

São Paulo, 15 - A região do Vale do Ribeira conquistou a **Indicação Geográfica** (IG) para as bananas das variedades Cavendish (Nanica) e Prata, consolidando-se como um dos principais polos produtores da fruta no País. O reconhecimento foi concedido pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (Inpi) e marca a 14ª IG obtida pelo Estado de São Paulo, informou, em nota, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

A certificação reconhece produtos que possuem qualidades específicas vinculadas à sua origem geográfica, levando em conta fatores como tradição, reputação e características locais de produção. Com o registro, o nome "Vale do Ribeira-SP" passa a ser protegido e identifica oficialmente a procedência das bananas cultivadas na região.

A área reconhecida pela IG abrange 13 municípios: Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Itariri, Iporanga, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras.

Estudo do INPI mostra projeção de demanda de ativos de PI até 2030



O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, autarquia federal responsável por aplicar, em nível nacional, as normas que regulam a **propriedade industrial** (PI), lançou nesta quarta-feira, o estudo "Cenário econômico da PI no Brasil", que correlaciona a dinâmica dos ativos de **propriedade intelectual** (PI) aos indicadores macroeconômicos, como PIB, inflação, investimentos, câmbio, exportações e produção industrial. O estudo apresenta projeções para os ativos de PI até 2030, com expansão nos depósitos de marcas, patentes, desenhos industriais e programas de computador.

O **INPI** apresenta, semestralmente, relatório com análise do cenário econômico brasileiro e de seus efeitos sobre a dinâmica dos pedidos e das concessões dos principais direitos de **propriedade industrial**.

O estudo "Cenário econômico da PI no Brasil" oferece o panorama econômico atual a partir de três períodos: a recuperação pós recessão, entre 2016 e 2019; o choque causado pela pandemia, entre 2020 e 2022; e a expansão recente com desaceleração, entre 2023 e 2025. "Com base na análise desses períodos e dos indicadores citados, bem como as expectativas do mercado para a economia brasileira entre 2026 e 2030 (segundo o Relatório Focus, do Banco Central), o estudo projetou taxas de crescimento anual até 2030 para os ativos de **propriedade intelectual** geridos pelo **INPI**. Por exemplo, no caso de patentes, a estimativa é aumento de 3% ao ano, chegando a mais de 34 mil depósitos ao fim do período. No caso das marcas a previsão é de expan-

são de 6,9% ao ano, com mais de 704 mil pedidos

em 2030. Para a categoria desenhos industriais a projeção é de crescimento de 0,5% ao ano, superando dez mil depósitos até o fim do período. Os programas de computador devem ter incremento de 15,6% ao ano, alcançando mais de 14.800 pedidos em 2030.

Os depósitos de patentes crescem 3% a.a. até 2030, refletindo a continuidade de estratégias tecnológicas, favorecidas por câmbio depreciado, apesar do menor dinamismo das exportações e do PIB. As marcas desaceleram, mas mantêm expansão de 6,9% a.a., sustentadas pela recorrência dos registros e pela atividade doméstica moderada. Os desenhos industriais permanecem estáveis (0,5% a.a.), em linha com sua menor inércia e com o desempenho contido da indústria e da FBCF. Já os programas de computador crescem 15,6% a.a., impulsionados por efeitos de base e difusão tecnológica.

Espaço Publicitário

Patentes

De acordo com a publicação, apesar das flutuações econômicas, os pedidos de patentes no Brasil mantiveram relativa estabilidade entre 2016 e 2025, com expansão em áreas como biotecnologia, farmacêutica, química e TI.

"A retomada econômica pós-2022 não foi suficiente para recuperar os níveis iniciais da série. No **INPI**, o aumento das concessões a partir de 2016 decorreu da recomposição do quadro técnico e foi intensificado, em 2020, pelo Programa de Combate ao Backlog, com efeitos até 2021".

A inflexão posterior nas concessões reflete tanto o esgotamento deste estoque enquadrado no programa quanto restrições de pessoal, sinalizando limites operacionais à sustentação do ritmo observado no período anterior.

A trajetória do setor de marcas no Brasil entre 2016 e 2025 revela expansão da demanda e ganhos institucionais relevantes. Entre 2023-2025, observa-se manutenção do dinamismo dos depósitos, com

maior celeridade decisória, consolidando marcas como ativo central na estratégia competitiva das empresas. No período de 2023-2025, observa-se manutenção do dinamismo dos depósitos, com

maior celeridade decisória, consolidando marcas

como ativo central na estratégia competitiva das empresas.

Na categoria desenhos industriais, entre 2016 e 2025 o Brasil acompanhou de perto o ciclo econômico, com a demanda por registros sendo impulsionada por setores intensivos nesta forma de proteção, como moda e móveis. No **INPI**, o aumento das decisões entre 2016 e 2018 refletiu melhorias nos processos internos e a redução do estoque pendente, levando a um alinhamento mais próximo entre pedidos e decisões no período 2019-2022. O descolamento recente decorre, sobretudo, da adaptação

institucional à adesão ao Acordo de Haia, com a implantação de novo sistema e consequente ampliação dos depósitos nos últimos anos, indicando maior inserção internacional e dinamismo do instrumento.

O estudo mostra que a trajetória dos registros de programas de computador entre 2016 e 2025 foi marcada por expansão contínua, relativamente dissociada das oscilações macroeconômicas. A digitalização acelerada da economia, o avanço de plataformas digitais e a difusão de novas soluções tecnológicas sustentaram o crescimento dos pedidos no **INPI**.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	8,9
Denominação de Origem	10
Marco regulatório INPI	5,6,7,10,11,12
Propriedade Industrial	1,5,6,7,10,11,12
Propriedade Intelectual	2,3,4,8,9,11,12